

POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL NO BRASIL: UM PANORAMA DO ESTADO DA ARTE

DIGITAL PRESERVATION POLICIES IN BRAZIL: AN OVERVIEW OF THE STATE OF THE ART



Gilddenir Carolino Santos

Universidade Estadual de Campinas
(UNICAMP)
E-mail: gilddenir@unicamp.br
Campinas – SP – Brasil



José Carlos A. Grácio

Universidade Estadual Paulista
(UNESP)
E-mail: jose.gracio@unesp.br
Marília – SP – Brasil



Resumo

Introdução: A preservação digital é crucial para garantir a longevidade e acessibilidade de informações em formato digital no Brasil. Diversas instituições desenvolveram políticas para lidar com os desafios da obsolescência tecnológica e da vulnerabilidade dos dados. **Objetivo:** Este estudo analisa as políticas de preservação digital de diferentes instituições brasileiras, identificando características comuns, desafios e tendências. **Metodologia:** Foram analisadas 13 políticas de preservação digital de instituições como universidades, arquivos nacionais, bibliotecas e órgãos governamentais. A análise focou em características comuns e desafios presentes nas políticas. **Resultados:** As políticas analisadas demonstram uma abordagem multidisciplinar, priorizando a longevidade das informações e o gerenciamento de riscos. Há um foco na padronização de processos, incluindo gestão de metadados e migração de formatos. A acessibilidade também é destacada. Contudo, persistem desafios como a falta de recursos, a necessidade de mudanças culturais nas instituições, a carência de legislação específica, e a constante adaptação às novas tecnologias. Tendências futuras incluem o desenvolvimento de plataformas colaborativas, a utilização de inteligência artificial e a capacitação profissional. **Conclusão:** O estudo revela um cenário de avanços e desafios na preservação digital brasileira. A implementação de políticas eficazes e a cooperação interinstitucional são cruciais para a salvaguarda da memória digital do país, considerando a contínua evolução tecnológica e a necessidade de garantir a acessibilidade a longo prazo.

Palavras-chave: Políticas de preservação digital. Preservação digital – Estado da arte.

Abstract

Introduction: Digital preservation is crucial to ensure the longevity and accessibility of information in digital format in Brazil. Several institutions have developed policies to address the challenges of technological obsolescence and data vulnerability. **Objective:** This study analyzes the digital preservation policies of different Brazilian institutions, identifying common characteristics, challenges and trends. **Methodology:** 13 digital preservation policies of institutions such as universities, national archives, libraries and government agencies were analyzed. The analysis focused on common characteristics and challenges present in the policies. **Results:** The policies analyzed demonstrate a multidisciplinary approach, prioritizing data longevity and risk management. There is a focus on standardizing processes, including metadata management and format migration. Accessibility is also highlighted. However, challenges persist such as the lack of resources, the need for cultural changes in institutions, the lack of specific legislation, and the constant adaptation to new technologies. Future trends include the development of collaborative platforms, the use of artificial intelligence, and professional training. **Conclusion:** The study reveals a scenario of advances and challenges in Brazilian digital preservation. The implementation of effective policies and inter-institutional cooperation are crucial for safeguarding the country's digital memory, considering the continuous technological evolution and the need to ensure long-term accessibility.

Keywords: Digital preservation policies. Digital preservation – State of the art.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Revista Brasileira de Preservação Digital** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHERS

Universidade Estadual de Campinas – Sistema de Bibliotecas / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Rede Brasileira de Serviços de Preservação Digital – Cariniana. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Gildenir Carolino Santos, Miguel Angel Márdero Arellano.

CREDIT

- **Reconhecimentos:** Não aplicável.
- **Financiamento:** Não aplicável.
- **Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
- **Aprovação ética:** Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
- **Contribuições dos autores:** Conceitualização; Curadoria de dados; Análise formal; Investigação; Metodologia; Supervisão; Validação; Visualização; Escrita – rascunho original rascunho original; Escrita – revisão & edição: SANTOS, G.C.; GRÁCIO, J. C. A.

INTRODUÇÃO

A era digital trouxe consigo um novo desafio para a preservação da memória: garantir a longevidade e acessibilidade de informações armazenadas em formato digital. Diante dessa realidade, a preservação digital emerge como um campo crucial para assegurar a autenticidade, a integridade e o acesso futuro a documentos, registros e obras de valor legal, cultural e científico. No Brasil, diversas instituições e órgãos públicos têm se dedicado à construção de políticas para a preservação digital, buscando estabelecer diretrizes e práticas para a gestão e o cuidado de seus acervos digitais.

OBJETIVO

Esta memória técnica tem como objetivo apresentar um panorama das políticas de preservação digital no Brasil, analisando as iniciativas e os documentos normativos elaborados por diferentes instituições. A análise visa identificar as principais características, desafios e tendências nesse campo, contribuindo para a construção de um debate mais aprofundado sobre o tema e o desenvolvimento de políticas públicas eficazes para a preservação da memória digital do país.

O ESTADO DA ARTE

3

A análise do material anexado, composto por políticas de preservação digital de diferentes instituições, como universidades, arquivos nacionais, bibliotecas, órgãos do governo, revela um cenário em constante desenvolvimento no Brasil. As políticas analisadas apresentam um conjunto de características e abordagens comuns, como:

- **Abordagem multidisciplinar:** A preservação digital envolve a convergência de conhecimentos de diversas áreas, como ciência da informação, arquivologia, biblioteconomia, informática, tecnologia da informação, jurídica e comunicação, e gestão de riscos.
- **Foco na longevidade:** A preocupação central é garantir a acessibilidade, a autenticidade e a integridade dos objetos digitais a longo prazo, superando os desafios de obsolescência tecnológica, de formatos digitais, entre outras.
- **Gerenciamento de riscos:** As políticas abordam os riscos inerentes à preservação digital, incluindo a deterioração de mídias, falhas de hardware e software, ataques cibernéticos e perda de conhecimento técnico.
- **Padronização de processos:** A adoção de padrões e boas práticas para a gestão de metadados, migração de formatos, armazenamento e backup de

dados, além de mecanismos de controle de acesso e autenticação, são elementos recorrentes nas políticas.

- **Compromisso com a acessibilidade:** As políticas destacam a importância de garantir a acessibilidade dos documentos digitais para diferentes públicos, incluindo pessoas com deficiência, considerando questões de acessibilidade, interoperabilidade e linguagem.

DESAFIOS E TENDÊNCIAS

Apesar dos avanços, a preservação digital no Brasil ainda enfrenta diversos desafios:

- **Recursos e financiamento:** A falta de investimentos e recursos humanos qualificados para a área é um dos principais obstáculos.
- **Cultura organizacional:** A mudança cultural nas instituições para incorporar a preservação digital em suas rotinas e processos é fundamental.
- **Legislação e normatização:** A necessidade de legislação e normas específicas para a preservação digital no Brasil, além de políticas públicas.
- **Tecnologias emergentes:** O rápido desenvolvimento de novas tecnologias exige constante adaptação e atualização das políticas e práticas de preservação.
- **Cooperação e interoperabilidade:** A cooperação entre instituições, incluindo universidades, arquivos, bibliotecas e órgãos governamentais, é essencial para a criação de sistemas de preservação mais robustos e eficientes. Nesse sentido as redes de colaboração para preservação digital desempenham um papel importante nesse processo.

As tendências na área de preservação digital no Brasil apontam para a necessidade de:

- **Desenvolvimento de plataformas digitais colaborativas:** A criação de plataformas digitais que possibilitem a integração de sistemas de preservação de diferentes instituições.
- **Utilização de tecnologias de inteligência artificial:** A aplicação de IA para automatizar tarefas, como identificação de padrões, descrição de metadados e classificação de documentos.
- **Formação e qualificação de profissionais:** A necessidade de programas de capacitação específicos para a área de preservação digital.

- **Conscientização pública:** A importância de campanhas de conscientização sobre a preservação digital e a necessidade de salvaguardar a memória digital do país.

POLÍTICAS BRASILEIRAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL

A seguir, listamos as 13 políticas brasileiras de preservação digital existentes na literatura em ordem cronológica de criação:

- **Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**
 - **Título:** Política de Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais
 - **Versão:** Original
 - **Ano de publicação:** 2011
 - **URL de acesso:** https://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=3057
- **Câmara dos Deputados**
 - **Título:** Política de Preservação da Câmara dos Deputados
 - **Versão:** Original
 - **Ano de publicação:** 2012
 - **URL de acesso:** <http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2012/atodamesa-48-16-julho-2012-773828-publicacaooriginal-137097-cd-mesa.html>
- **Arquivo Nacional**
 - **Título:** *Política de Preservação Digital* do Arquivo Nacional
 - **Versão:** 2.0
 - **Ano de publicação:** 2016
 - **URL de acesso:** http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/an_digital/and_politica_preservacao_digital_v2.pdf
- **Pinacoteca de São Paulo**
 - **Título:** *Política de Preservação - Pinacoteca*
 - **Versão:** Versão externa
 - **Ano de publicação:** 2017
 - **URL de acesso:** <http://pinacoteca.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Politica-de-Preservacao-Pinacoteca2017-VERSAO-EXTERNA.pdf>
- **Universidade Estadual Paulista(UNESP)**
 - **Título:** *Política de Preservação Digital para Documentos de Arquivo da UNESP*
 - **Versão:** v.1.0
 - **Ano de publicação:** 2018

- **URL de acesso:** <https://www2.unesp.br/Home/cppd/politica-de-preservacao-digital--para-documentos-de-arquivo-da-unesp---v-1.0.pdf>
- **Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)**
 - **Título:** Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz Digital
 - **Versão:** Original
 - **Ano de publicação:** 2018
 - **URL de acesso:** https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/politica_de_preservacao_dos_acervos_cientificos_e_culturais_da_fiocruz_digital_2018.pdf
- **Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)**
 - **Título:** Política de Preservação Digital de Documentos Arquivísticos
 - **Versão:** Original
 - **Ano de publicação:** 2019
 - **URL de acesso:** <https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=arquivoIndexado&download=false&id=250377>
- **Superior Tribunal de Justiça (STJ)**
 - **Título:** Resolução nº 11/2019
 - **Versão:** Original
 - **Ano de publicação:** 2019
 - **URL de acesso:** https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/131788/Res_11_2019_PRE.pdf
- **Fundação Biblioteca Nacional**
 - **Título:** Política de Preservação Digital da Fundação Biblioteca Nacional
 - **Versão:** Original
 - **Ano de publicação:** 2020
 - **URL de acesso:** https://bndigital.bn.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/politica_de_preservacao_digital_FBN_web.pdf
- **Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)**
 - **Título:** Política de Preservação Digital do IBICT
 - **Versão:** Original
 - **Ano de publicação:** 2021
 - **URL de acesso:** <https://www.gov.br/ibict/pt-br/acesso-a-informacao/documentos-oficiais/POLITICADEPRESERVACAODIGITALDOIBICTPORTUGUES.pdf>
- **Scientific Electronic Library Online (SciELO)**
 - **Título:** Política de Preservação Digital
 - **Versão:** Original

- **Ano de publicação:** 2021
- **URL de acesso:** <https://www.scielo.org/pt/sobre-o-scielo/preservacao-digital/>
- **Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)**
 - **Título:** Política de Preservação para Documentos Arquivísticos Digitais da UNIRIO
 - **Versão:** Original
 - **Ano de publicação:** 2022
 - **URL de acesso:** https://www.unirio.br/arquivocentral/arquivos/Politica_de_preservacao_para_documentos_arquivisticos_digitaes_UNIRIO.pdf
- **Estado do Espírito Santo**
 - **Título:** Política de Preservação Digital do Estado do Espírito Santos
 - **Versão:** Original
 - **Ano de publicação:** 2023
 - **URL de acesso:** <https://proged.es.gov.br/Media/Proged/Publicacoes%20Tecnicas/Pol%C3%A9tica-Preserva%C3%A7%C3%A3o%20Digital.pdf>

CONCLUSÃO

A presente memória técnica apresenta um panorama das políticas de preservação digital no Brasil, evidenciando os avanços, desafios e tendências da área. A análise demonstra a crescente importância do tema para a salvaguarda do patrimônio cultural e científico do país. É fundamental a continuidade dos esforços para a construção de políticas públicas eficazes, alinhadas com as necessidades do contexto digital e com o compromisso de garantir a acessibilidade e a longevidade da memória digital brasileira.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Política de preservação digital** – Versão 2. 2016. Disponível em: http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/an_digital/and_politica_preservacao_digital_v2.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Política de preservação digital**. 2012. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2012/atodamesa-48-16-julho-2012-773828-publicacaooriginal-137097-cd-mesa.html>. Acesso em: 20 out. 2024.
- ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (ESTADO). **Política de preservação digital**. 2023. Disponível em: <https://proged.es.gov.br/Media/Proged/Publicacoes%20Tecnicas/Pol%C3%ADtica-Preserva%C3%A7%C3%A3o%20Digital.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Política de preservação digital da Fundação Biblioteca Nacional**. 2020. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/politica_de_preservacao_digital_FBN_web.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Política de preservação dos acervos científicos e culturais da Fiocruz Digital**. 2018. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/politica_de_preservacao_dos_acervos_cientificos_e_culturais_da_fiocruz_digital_2018.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). **Política de preservação digital do IBICT**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br/acesso-a-informacao/documentos-oficiais/POLITICADEPRESERVACAODIGITALDOIBICTPORTUGUES.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

PINACOTECA DE SÃO PAULO (Município). **Política de preservação**. 2017. Disponível em: <http://pinacoteca.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Politica-de-Preservacao-Pinacoteca2017-VERSAO-EXTERNA.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

SciELO. **Política de Preservação Digital**. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/pt/sobre-o-scielo/preservacao-digital/>. Acesso em: 20 out. 2024.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Resolução nº 11/2019**. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/131788/Res_11_2019_PRE.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

UNIRIO. **Política de preservação para documentos arquivísticos digitais da UNIRIO**. 2022. Disponível em: https://www.unirio.br/arquivocentral/arquivos/Politica_de_preservacao_para_documentos_arquivisticos_digitaes_UNIRIO.pdf. Acesso em: 20 out. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). **Política de preservação de documentos arquivísticos digitais**. 2011. Disponível em: https://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=3057. Acesso em: 20 out. 2024.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). **Política de preservação digital para documentos de arquivo da UNESP**. 2018. Disponível em: <https://www2.unesp.br/Home/cppd/politica-de-preservacao-digital--para-documentos-de-arquivo-da-unesp---v-1.0.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Política de Preservação Digital de Documentos Arquivísticos**. 2019. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=arquivoIndexado&download=false&id=250377>. Acesso em: 20 out. 2024.